

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte:

A Crítica

Class.:

Direitos Indígenas

Data:

03/02/94

Pg.:

DINRO 222**Rebatida nota dos direitos humanos**

BRASÍLIA — A Presidência da República divulgou nota oficial criticando o Governo norte-americano pelas referências ao Brasil incluídas no Relatório Anual sobre os Direitos Humanos no Mundo, divulgado na terça-feira. O documento do Departamento de Estado americano tem 16 páginas sobre o Brasil, e menciona os massacres dos ianomâmis, das crianças da Candelária e da penitenciária do Carandiru como os principais exemplos do desrespeito aos direitos humanos no País. A nota divulgada pelo Palácio do Planalto informa que a Embaixada do Brasil em Washington “está sendo instruída a dar conhecimento urgente ao Governo norte-americano das presentes observações”. O texto critica o Governo daquele país por “arrogar-se o direito de opinar unilateralmente sobre a situação dos Direitos Humanos em outros países, assunto que está na alçada de organismos internacionais criados para esse fim”. Lembra ainda que o Departamento de Estado não divulga relatórios sobre violações de Direitos Humanos que ocorrem nos próprios Estados Unidos. O Brasil, afirmam os autores do Relatório, é um país “assolado por uma das inflações mais altas do mundo”, e sua população sofre de “grandes disparidades na distribuição de renda”. O texto observa que os 20% mais pobres recebem apenas 2% da renda nacional e que os 20% mais ricos possuem 26 vezes mais do que os 50% mais pobres. A nota da Presidência argumenta que o Relatório não leva em conta “as ações incisivas do Governo brasileiro em três níveis — federal, estadual e municipal — assim como da sociedade civil, agora mais do que nunca mobilizados na busca de soluções para os problemas estruturais do Brasil e para a superação de seus efeitos no plano social”. O Relatório do Departamento de Estado prossegue citando o “assassinato de homossexuais”, crimes políticos, desaparecimento e assassinato de líderes sindicais rurais, exploração do trabalho infantil, prostituição de crianças, existência de campos de trabalho forçado, racismo das gangues de skin heads, violência — especialmente sobre minorias raciais negras e mestiças, mulheres e crianças pobres, entre outras violações.

“O Relatório contém graves impropriedades”, afirma a nota do Palácio. “O Governo brasileiro repudia, em especial, a inclusão de menções infundadas à existência de supostas restrições aos direitos civis no Brasil, país onde é hoje ampla e irrestrita a liberdade de expressão.” O texto divulgado pelo Departamento de Estado reconhece essa liberdade, mas observa que “alguns funcionários do Governo são às vezes bem-sucedidos ao tentar coibi-las”.